

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd/UFJF) NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Jonas da Silva Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco (PPGEdu/UFPE)
rdgsjonas@gmail.com

Ana Lúcia Félix dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco (PPGEdu/UFPE)
ana.fsantos@ufpe.br

Introdução

O objetivo deste estudo é analisar a atuação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) na educação básica brasileira, investigando seu papel como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) na formulação e implementação das avaliações externas em larga escala. Este texto integra uma Tese¹ de Doutorado em andamento na Universidade Federal de Pernambuco, que investiga a influência do CAEd na privatização da educação básica em Pernambuco e Paraíba. A sua metodologia baseia-se em análise bibliográfica e documental.

Nas últimas décadas, as políticas educacionais no Brasil têm sido atravessadas por diferentes interesses e relações de poder em nível nacional e internacional. Como resultado, surgem dilemas sobre os objetivos e o funcionamento da escola, amplificados pela diversidade de concepções sobre a “qualidade da educação”. Nesse cenário, a influência de organismos internacionais tem exercido um impacto significativo na concepção de escola, conhecimento escolar e formulação de currículos (Libâneo, 2016).

No Estado, as disputas em torno da educação ocorrem a partir da correlação de forças entre diversos sujeitos. Para compreender essa dinâmica, adotamos a perspectiva de Gramsci (2022), que concebe o Estado de forma ampliada, ou seja, uma unidade dialética da sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção. A sociedade política representa o Estado-coerção, e é formada por mecanismos que garantem o monopólio da repressão e da violência pela classe dominante, como o aparato burocrático e policial-militar. Já a sociedade civil é composta por organizações

¹ O trabalho é financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe).

responsáveis pela difusão de ideologias – os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) –, que incluem igrejas, partidos políticos, escolas, sindicatos, meios de comunicação etc. Nesse cenário, o CAEd se consolida como um APH, influenciando, por meio de parcerias com o Estado, a definição dos conteúdos da educação pública.

O CAEd/UFJF na educação básica brasileira: breves aproximações

O CAEd/UFJF foi criado em 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Avaliação Educacional (PROAV), uma iniciativa desenvolvida em parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e o Banco Mundial, que visava a criar e consolidar centros especializados em avaliação educacional e formar recursos humanos para pesquisas na área (Rodrigues; Santos, 2024).

Nesse contexto, entendemos que o PROAV/Capes fomentou a formação de profissionais responsáveis pela implementação e investigação de processos avaliativos no país. Logo, desde sua fundação, o CAEd dedicou-se à formação de intelectuais orgânicos, buscando consolidar a avaliação externa no cenário nacional. Na perspectiva de Antonio Gramsci, essa construção intelectual estaria diretamente ligada à necessidade de manter ou estabelecer determinada hegemonia, estruturada no campo ideológico.

Nessa direção, Gramsci (2022) argumenta que o Estado educa para o consenso por meio da sociedade civil ou de seus aparelhos privados de hegemonia. Para isso, “o Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (p. 266). Nesse sentido, acreditamos que a criação de centros especializados, como o CAEd, e a formação de seus respectivos intelectuais, promovida pelo Estado, teve como um de seus objetivos a construção de uma opinião pública favorável às avaliações externas em larga escala, que estavam em desenvolvimento desde aquele período.

Como resultado desse processo, o CAEd consolidou-se como referência na avaliação educacional em larga escala, na capacitação de gestores da educação pública e no desenvolvimento de tecnologias voltadas à gestão escolar. Nesse sentido, “o CAEd atua há mais de vinte anos em parcerias com o governo federal, as redes municipais e

estaduais de ensino e instituições e fundações da área educacional”, inclusive institutos e fundações privadas (CAEd, 2025, *online*).

No campo da avaliação, o Centro presta assessoria às secretarias de educação estaduais e municipais na implementação de sistemas de avaliação e índices de desenvolvimento da educação, seguindo os moldes do Saeb e Ideb. Na capacitação de gestores, oferece, em parceria com as secretarias de educação, vagas no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Já no desenvolvimento de tecnologias educacionais, tem investido na criação de sistemas e plataformas de gestão para redes de ensino, a exemplo da “Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação”.

Nesse contexto, a hegemonia do CAEd em nível nacional é sustentada, sobretudo, por sua presença contínua em diferentes governos desde sua criação, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Essa permanência se dá por meio do estabelecimento de parcerias estratégicas com o Estado, independentemente da concepção ideológica dos governos em exercício, permitindo ao CAEd exercer forte influência na implementação de políticas educacionais para a educação básica. Essa atuação se manteve tanto em gestões de caráter mais progressistas, como nos governos do Partido dos Trabalhadores, quanto em administrações mais conservadoras, como no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

O CAEd/UFJF, consolidado na década de 1990 por meio de parcerias com o Estado, desempenhou, também, um papel central na articulação de políticas com Organismo Multilaterais (OMs) (Lima, 2023). No entanto, sua atuação não se restringiu ao período de estruturação da avaliação externa no Brasil. Pesquisas recentes (Lima, 2023) apontam que o CAEd ainda mantém parcerias com OMs que financiam essas políticas em contextos nacionais e locais, reforçando a ideia de que a avaliação em larga escala abriu espaço para a influência do setor privado e de organismos internacionais na educação pública brasileira.

Lima (2023, p. 255) classifica o “Complexo CAEd” como um APH na política de avaliação em larga escala, independentemente de sua figura jurídica. Segundo o autor, o CAEd subordina a educação aos interesses das burguesias interna e externa por meio da mercadorização, com a ampliação de nichos de mercado via parcerias e adoção de

tecnologias, como a Plataforma de Apoio à Aprendizagem; da mercantilização, alinhando a formação da força de trabalho à BNCC, à capacitação promovida pelo Mestrado Profissional junto à UFJF e à difusão da educação financeira e da mentalidade econômico-liberal; e da financeirização, através da aplicação de recursos excedentes em operações financeiras e parcerias com instituições financeiras e organismos multilaterais.

Nesse contexto, o CAEd consolida-se como um APH, influenciando as políticas educacionais tanto pelo desenvolvimento de estratégias de avaliação externa quanto pela definição de concepções de qualidade educacional e gestão da educação básica. Por isso, “embora vise a melhoria da qualidade da educação no Brasil, o CAEd está fortemente alinhado com um projeto de educação marcado por influência neoliberal, alimentado por valores mercadológicos como a eficiência, a competitividade e o controle” (Rodrigues; Santos, 2024, p. 1). Com isso, compreendemos que, enquanto APH, o CAEd auxilia na manutenção da ordem social vigente.

Considerações finais

Este estudo evidencia o papel central do CAEd na formulação e implementação das avaliações educacionais em larga escala no Brasil, consolidando-se como um Aparelho Privado de Hegemonia que atravessa diferentes governos. Sustentado por parcerias institucionais com o Estado, o CAEd/UFJF contribui para a construção de um consenso sobre qualidade educacional, baseado em indicadores quantitativos e princípios gerenciais. No entanto, essa hegemonia gera questionamentos sobre a mercantilização da educação e a predominância de uma lógica avaliativa que pode limitar dimensões essenciais da educação. Compreender essa influência é fundamental para refletir sobre os rumos das políticas educacionais e seus impactos na democratização da educação no Brasil.

Referências

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Vamos fazer algo juntos?** [Online] 2025. Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política.** 11ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2022.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.159, p.38-62, jan./mar. 2016.

LIMA, T. S. V. **A rede de avaliação em larga escala como uma das expressões da escalada da burguesia sobre a educação pública brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis/SC, 2023, 299f.

RODRIGUES, J. S; SANTOS, A. L. F. O CAEd/UFJF e as políticas educacionais para a educação básica brasileira: uma educação de qualidade para qual projeto? *In*: Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, XXVII, 2024, São Cristóvão/SE. **Anais [...]** São Cristóvão/SE: Anped, 2024, p. 1-9.